

Corpo e rememoração: a experiência de trabalho com o grupo Mulheres de Taipas

Marina Silva Ruivo¹

Universidade Federal de Rondônia
marinaruivo@unir.br

Resumo: Estruturado como um relato de experiência, este artigo aborda o trabalho de recolha de histórias de vida desenvolvido com um grupo de mulheres idosas que se reuniam em uma biblioteca municipal na periferia de São Paulo, as Mulheres de Taipas, procurando tecer reflexões sobre essa experiência a partir das noções de memória/rememoração, corpo e memória, e memória e testemunho. Para tal, apoia-se em Bosi (1994), Felman (2000), Kehl (2001) e outros autores, questionando ainda a busca (possível?) de não interferir nos registros por escrito feitos pelas mulheres a partir de histórias contadas oralmente.

Palavras-chave: histórias de vida; rememoração; testemunho.

Abstract: This article, written as a case report, is about the gathering of life stories developed by a group of elderly women, the Mulheres de Taipas, that regularly met at a city public library on the outskirts of São Paulo. The aim of the work presented here is to ponder this experience from the notion of memory/remembrance, body and memory, memory and testimony. In order to accomplish that, it is based on Bosi (1994), Felman (2000), Kehl (2001) and other authors. The article also questions the feasibility (is it possible?) of not interfering with the written records of orally told stories by the group.

Key words: life stories; remembrance; testimony.

Recebido em 08/01/2020

Aceito em 03/02/2020

¹ Professora doutora do Departamento de Educação do campus Rolim de Moura da Universidade Federal de Rondônia (UNIR), fez toda a sua formação na área de Letras, na Universidade de São Paulo (USP). Está concluindo seu pós-doutorado na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). É autora do livro de poesias *Nossa barca* (Editora Patuá, 2019).

Como ouvir as línguas de mulheres velhas, analfabetas ou semianalfabetas, silenciadas por opressões sociais, econômicas e familiares e vítimas de violências diversas? É possível registrar suas histórias sem interferir em seu traçado? Ou, ao registrá-las, acabamos necessariamente por eliminar suas dissonâncias e por uniformizá-las conforme nosso próprio discurso?

É na busca de uma reflexão inicial sobre essas questões que se constrói este texto, estruturando-se como um relato da experiência de recolha de histórias de vida efetuada junto a um grupo de senhoras reunidas na Biblioteca Pública (BP) Érico Veríssimo, na Cohab Taipas, região Noroeste da capital paulista. Cabe dizer, desde o início, que não fui à BP Érico Veríssimo diretamente em busca das vozes dessas mulheres. Meu trabalho ali, como orientadora de Literatura do Programa Vocacional da Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP)², via Secretaria Municipal de Cultura, era fomentar e orientar grupos de escrita criativa para pessoas a partir dos 14 anos de idade.

Mas, como muitas das melhores coisas da vida parecem acontecer por acasos e coincidências, as Mulheres de Taipas surgiram em meu caminho. Eram mulheres com mais de 60 anos que se reuniam na BP há quase dois anos, por meio de um projeto denominado “Circuito da Maior Idade”, desenvolvido em parceria entre as Secretarias de Saúde e da Cultura da PMSP e a empresa Via Gutenberg. Contudo, a Prefeitura não havia renovado o contrato para a continuação do projeto, e as Mulheres de Taipas ficariam sem instrutores para desenvolver com elas as atividades, que eram tanto físicas quanto culturais (todas as participantes relatavam melhoras na saúde física e psíquica depois do início do projeto). Eu, por meu turno, não estava conseguindo formar uma turma para o horário da manhã, ou, ao menos, não conseguia uma turma que comparecesse com regularidade, semanalmente.

Procurando uma solução para os dois problemas, a coordenadora da biblioteca percebeu que ela estava mais próxima do que se poderia imaginar: bastava unir os dois

² Para informações sobre o programa, consultar o site <<http://spcultura.prefeitura.sp.gov.br/projeto/977/>>, ligado à Secretaria Municipal de Cultura de São Paulo, e também o blog <<https://vocacionalmemoria.wordpress.com/>>, mantido pelos profissionais ligados ao programa. Ainda que não venha sendo alimentado há algum tempo, o blog traz diversas informações que recuperam a memória do Vocacional. Destaca-se também que há trabalhos acadêmicos a respeito do programa, como o TCC de Luana D. R. dos Santos, *Políticas públicas para a cultura: o caso do Programa Vocacional*, defendido junto à pós-graduação *lato sensu* em Gestão Cultural do Centro de Estudos Latino-Americanos de Comunicação e Cultura da Universidade de São Paulo, ou a dissertação de mestrado de Claudia Alves Fabiano, *Uso do território, descentralização e criação de redes no Teatro Vocacional: aspectos da práxis teatral do artista-orientador*, defendida na Escola de Comunicações e Artes da mesma universidade.

polos, eu e as Mulheres de Taipas. Ainda nas conversas iniciais, ela observou também que havia uma única questão à qual se atentar: não seria possível trabalhar diretamente a escrita com elas, já que a maioria das senhoras do grupo não era alfabetizada. Como depois pude ver, porém, também nesse aspecto fui surpreendida.

Na primeira conversa com o grupo, percebi que a principal vontade das mulheres – eram oito as que frequentavam todos os encontros, mas às vezes chegávamos a quinze participantes –, para além de continuarem a se reunir ali, duas manhãs por semana, era a de prosseguir com a prática de alguma atividade física. Apesar do receio, por não ser professora de Educação Física nem nada semelhante, intuí que, oferecendo as atividades que para elas eram fundamentais (passei a fazer alongamento, Lian Gong e algumas posturas de Yoga, além de práticas de meditação), conseguiria criar vínculo com o grupo e, ainda, criar condições para o trabalho específico com a *rememoração*, ou seja, aquela “que constrói narrativas de vida e simboliza a ausência dos mortos”, nas palavras de Maria Rita Kehl (2001, p. 13) – e eram muitos os mortos de cada uma, como passei a ver no decorrer do trabalho.

Era na busca da rememoração que eu desejava caminhar, uma memória diferente daquela que “dá consistência ao sujeito e promove uma ligação duradoura entre este e seu *eu*” (KEHL, 2001, p. 14), até porque nenhuma daquelas mulheres apresentava doenças neurológicas degenerativas que afetassem sua capacidade de lembrar quem eram. Sobre a memória que mantém a nossa identidade, Maria Rita Kehl observa que se trata de “uma memória inconsciente”, uma memória “que se inscreve no corpo”, que possibilita que “o sujeito ‘saiba’ quem ele é” e “seja capaz de dizer: ‘este sou eu’, sem precisar presentificar-se, certificando-se de si mesmo continuamente diante de sua imagem especular” (KEHL, 2001, p. 14).

A memória que buscávamos, por sua vez, era a “da rememoração e da transmissão da experiência”, a qual também passa pelo corpo – como Kehl destaca, ao abordar essa “tarefa impossível” que é a de “transmitir o vivido”. Isso porque “a experiência depende daquilo que passa pelo corpo” (KEHL, 2001, p. 14), e é sobretudo por isso que a morte é um enigma para nós: não temos experiência dela, apenas a vivemos por meio da morte dos outros, e falamos constantemente sobre ela:

Mas o que a morte nos faz dizer não constitui um saber; só a experiência corporal e por isto, também, inconsciente é que produz saber, produzindo ao mesmo tempo um sujeito: “aquele que se faz reconhecer no registro de sua experiência”. (KEHL, 2001, p. 14).

De alguma maneira, o trabalho corporal feito sempre ao início de cada encontro agia no sentido de abrir os canais da rememoração, pois, mesmo durante a prática dos exercícios, as conversas fluíam soltas, as risadas, os medos e os desejos se manifestavam. Era nesses momentos, aliás, que o assunto mais falado era de natureza sexual: falavam da falta do sexo, da saudade ou da ojeriza diante dele, por conta de experiências infelizes nesse campo – experiências, como aos poucos fui sabendo, de violência. Falavam também dos netos, dos filhos, do que eles ainda aprontavam... e então apareciam os filhos bêbados, os filhos que regressavam à casa delas em busca de auxílio financeiro, os filhos que queriam mandar nas mães idosas, que as desmereciam e maltratavam psicicamente. Aparecia a saudade do marido ou ainda a saudade do filho já falecido. Nenhuma dessas histórias foi gravada ou registrada, mas elas agiram tanto para a construção das relações entre mim e o grupo quanto para a confiança de que poderiam abrir suas histórias – não só para mim, mas também umas para as outras.

Era depois dos exercícios, muitas vezes seguidos da prática de meditação, que nos sentávamos numa mesa para comer os pães e bolos que elas traziam e tomar café com leite, conversando animadamente. Muitas histórias começavam a tomar forma nesse momento, até que resolvíamos iniciar o trabalho de registro, quando nos agrupávamos em contadoras e escribas.

Um aspecto fundamental a salientar é o modo como fomos registrando as histórias. De início, eu havia pensado em usar um gravador, mas elas, surpreendendo-me, disseram que queriam *escrever* as próprias histórias, e não gravá-las. A ideia de como fazer para registrar as narrativas partiu delas: as que eram alfabetizadas iriam anotar as histórias das outras, e elas iriam se revezando, para que todas pudessem contar.

As histórias, portanto, surgiram inicialmente como oralidade. Uma delas se sentava e assumia a função de escriba, enquanto a outra narrava. A passagem para a escrita era, assim, feita por elas mesmas e também por mim, que era uma das escribas e procurava sempre sentar com uma contadora diferente. A cada término de encontro – e a cada semana nós ficávamos mais tempo reunidas –, elas me davam os manuscritos, para que eu os digitasse em casa e pudesse, na semana seguinte, levá-los de volta, verificando com elas se eu havia compreendido a caligrafia, se queriam acrescentar ou excluir alguma coisa ou ainda se queriam modificar algo do texto.

É importante ressaltar que elas foram unânimes na defesa de *escrever as histórias*, numa opção que me pareceu apontar para o que dizem tantos pesquisadores da escrita e do ensino de escrita, como a norte-americana Lucy Calkins, diretora do *Teachers College* da Universidade de Colúmbia, isto é, uma espécie de *necessidade* do registro escrito que é tão forte em nossa cultura ocidental:

Os seres humanos sentem uma profunda necessidade de representar sua experiência neste mundo através da escrita. Precisamos tornar nossas verdades bonitas. Com pictografias rudimentares, os homens das cavernas escreveram suas histórias nas paredes de pedra de suas “casas”. Com canetas luminosas, esferográficas, batom e lápis, as criancinhas deixam suas marcas nas paredes dos banheiros, no verso de velhos envelopes, no dever de casa de sua irmã mais velha. Em letras trêmulas e vagarosas, os velhos e os doentes de nossos asilos e hospitais imprimem suas vidas no papel. [...] Escrever permite que transformemos o caos em algo bonito, permite que emolduremos momentos selecionados em nossas vidas, faz com que descubramos e celebremos os padrões que organizam nossa existência. (CALKINS, 1989, p. 15).

Também delas surgiu o desejo de reunir as histórias registradas num livro, que editamos de forma caseira, pela Biblioteca Érico Veríssimo, e distribuímos ao final daquele ano de 2016, numa grande festa de encerramento das atividades do ano da biblioteca, com a presença da comunidade do entorno e também de amigos e familiares das Mulheres de Taipas e dos demais frequentadores da biblioteca.

Mas, voltando ao início de nossos encontros, é preciso dizer que estávamos todas ainda um pouco receosas, sem saber nem por onde nem como caminhar, e a maioria das histórias eram episódios curiosos que elas tinham vivido, que contavam rapidamente e logo diziam ter terminado, colocando um ponto final. Como exemplo, vejamos a história de Bete, conhecida por todas como Betinha³, que riu muito ao contar o seguinte episódio:

Quando eu trabalhava com os franceses, um dia chegaram três homens na portaria e pediram para o porteiro para subir nos apartamentos, dizendo que iam tirar fotos das pessoas. Eles chegaram pedindo para a gente usar o telefone na foto, pediram pra gente fazer pose com o telefone e foram tirando várias fotografias, foram tirando, tirando, mas até hoje eu estou esperando essas fotografias que eles tiraram! [risos] Eles na verdade eram bandidos, pegaram o dinheiro das fotografias e nunca mais voltaram! O porteiro não sabia que eles eram ladrões, ele era um velhinho cansado, acho que nem entendeu nada do que aconteceu... [risos]

³ Todos os nomes mencionados neste artigo são fictícios. Foram alterados não apenas os nomes verdadeiros das participantes do grupo, mas também os nomes das pessoas citadas por elas em seus textos, a fim de evitar seu reconhecimento.

Eu estava, então, em busca de um jeito de acessar as lembranças que pudessem sair dos casos e causos que elas rapidamente finalizavam e que possibilitasse trazer a experiência vivida por cada uma delas. Para minha sorte, uma das primeiras a me contar uma história foi dona Cida. Esta senhora – chamada sempre pelas outras com o “dona” na frente – começou a me contar sua história pela infância, pelo lugar onde nasceu, pelo modo como cresceu e pela forma como começou a namorar aquele que veio a ser seu marido, de quem ela era viúva havia dois anos. Vejamos um trecho da história, uma das raras que não era contada pelo viés da violência e do sofrimento, e sim do encontro amoroso:

Quando estava com 18 anos mais ou menos, conheci meu namorado, Nicola – ele tinha uma chácara no fundo da casa da minha mãe. Ele jogava umas verduras pras galinhas e a gente ficava conversando, cada um de um lado do muro. O Nicola tinha treze anos a mais do que eu. Isso era em 1955.

Namoramos em 1956, em 1957 casamos. Meu pai gostava do meu namorado, mas não queria que eu casasse, por causa da minha doença [epilepsia]. Ele tinha medo que meu namorado, depois do casamento, me maltratasse. Mas meu namorado sabia da doença e queria casar mesmo assim. [...]

Meu pai foi montar uma máquina no Paraná e me levou junto – a família foi toda, junto com ele –, e não deixou o endereço com o Nicola, porque não queria que eu casasse. Mas meu namorado conseguiu o endereço com meu irmão e apareceu na fazenda no Paraná, já com as alianças pra ficarmos noivos. Seis meses depois casamos. [...]

Lá na fazenda, antes de casarmos, havia rapazes que me cortejavam, mas eu nunca aceitei. Meu irmão me contava por carta que o Nicola me procurava, eu sabia que ele viria. Ficamos 59 anos casados.

Ao ouvi-la, logo vi como era importante para ela contar as suas experiências – enquanto outras do grupo estavam mais receosas, mais envergonhadas – e fui fazendo pequenas perguntas, para que dona Cida continuasse a narrar. Ela misturava orgulho e vergonha por falar bastante: “Ih, a história da dona Cida vai ser a maior de todas, eu falo muito!”, dizia rindo, com o rosto ficando vermelhinho. Como a cada semana eu lia em voz alta as histórias da semana anterior, a confiança foi brotando, e todas, mesmo as que tinham dito que não tinham histórias para contar – como se isso fosse possível –, foram compreendendo que era a *vida vivida por cada uma delas* o que buscávamos compartilhar. Não era preciso recordar vivências extraordinárias nem casos engraçados, era o calor da vida cotidiana que procurávamos. Então começaram a narrar, mais e mais – apenas uma, Esmeraldina, falou o mínimo possível, de forma extremamente sintética e panorâmica; optava sempre por ser uma das escribas, numa escolha que respeitamos.

Era na língua delas, no modo como falavam e como se exprimiam por escrito, que queríamos o registro; o que não era fácil, até porque elas manifestavam o preconceito linguístico de que são vítimas, nessa operação maldosa tão característica de nossa sociedade (BAGNO, 2015). Elas me diziam que falavam “errado”, que escreviam “errado”, insistindo para que eu, que era “a professora de Português”, as corrigisse.

Também não foi fácil saber como proceder diante dos manuscritos delas. Procurei corrigir apenas a ortografia, porque as histórias recolhidas seriam publicadas e sabemos que manter a ortografia fora da norma padrão só levaria a desprestigiar as narradoras e escritoras. Alterei também, quando necessário, a pontuação, visando à melhor transmissão do sentido. Mas busquei (de forma consciente, pois o que fiz inconscientemente não tenho como saber de fato) manter as frases tal como elas as escreveram, com as marcas da origem oral do discurso.

Ao longo de nossos encontros semanais – que se iniciaram em maio de 2016 e seguiram até dezembro daquele ano –, foi possível sentir a dimensão quase física da noção de que a experiência não é a vivência em si, mas a capacidade de transmiti-la, como destaca Walter Benjamin em seu conhecido ensaio “O narrador”, aspecto que Maria Rita Kehl reforça em sua leitura do filósofo:

O vivido que permanece incomunicável não se pode chamar de experiência, e o que se transmite de um conhecimento estabelecido “de fora” – partindo da ciência, por exemplo, ou das notícias de jornal, segundo o autor [Benjamin] – também não. (KEHL, 2001, p. 15).

Essa condição para transmitir o vivido foi sendo construída no decorrer dos encontros, à medida que os laços entre nós se intensificavam, e elas começaram a narrar, tomadas pela emoção, as experiências de quando foram abandonadas pelo noivo, estupradas por irmãos, pelo padrasto, pelo pai, isso sem contar as histórias dos maridos e filhos alcoólatras, presentes aos borbotões. Eram histórias de muitas dores, as quais foram sendo revividas ali, naquele espaço da biblioteca onde nos reuníamos, uma sala originalmente destinada a contações de histórias e atividades diversas para crianças, com vários livros infantis nas estantes que recobriam suas paredes laterais. Um traço a destacar é que geralmente essas histórias doloridas eram contadas para mim, para que eu fosse a escriba de tais experiências.

Muitas vezes, aliás, as narradoras destacavam que nunca tinham conseguido falar a respeito do assunto com ninguém. Noutras, salientavam que, se seus filhos vissem o que

estavam contando, iriam condená-las por falar, condená-las por macular a imagem dos maridos, daqueles que eram seus (dos filhos) pais. Mas não paravam de contar, mesmo com medo, como se a necessidade de *dar testemunho do vivido*, depois de criadas as forças para iniciá-lo, alimentasse a si mesma. E não pediram que eu excluísse nada, no momento de organizar a publicação – o que foi assunto que preocupou a mim e à coordenadora da biblioteca, pois o livreto seria distribuído ao público e a família delas teria acesso aos textos.

A fim de dar um pouco da dimensão das histórias surgidas – e da língua falada/escrita por essas mulheres –, abro espaço para alguns trechos, como o de Anita, a respeito da forma como foi concebido seu primeiro filho, fruto de violência sexual:

Depois de três anos, conheci o Antônio, esse cachorro safado – me perdoe, mas é verdade. Ficamos noivos. Ele sempre jogava uma indireta pra mim, dizendo que tinha moças que se entregavam antes mesmo de casar, e eu falava para ele: “Entregar o quê?”. Só que, através da minha inocência, ele me enganou e me pegou.

Ele era químico e trabalhava num laboratório na Avenida Paulista. Num dia, ele ia apenas fechar os portões do laboratório e a gente ia pro cinema. Ia eu, ele, o primo dele com a namorada. Não sei se ele tinha combinado com o primo ou não, sei que ele e a namorada resolveram ir na nossa frente, dizendo que a gente se encontrava na porta do cinema. Eu fiquei sossegada esperando por ele, lendo uma revista, no sofá, de bobeira, enquanto ele terminava de fechar os portões.

Praticamente, foi quase um estupro. [...] Quando ele fechou a porta, aí que eu comecei a achar estranho. Daqui a pouco vejo ele com o bichinho pra fora. E me jogou pra cima do sofá. Eu lutei com ele. Arranhei o pescoço dele. Ele queria ver se eu era virgem. Eu fiquei com medo, nunca tinha visto aquilo. “O que você vai fazer com isso?” Mesmo assim ele tentou. Não penetrou, só que eu fiquei grávida.

Ele ficou muito nervoso de eu não deixar. “Você é tão esperta, mas foi esperta tarde!” Eu nem podia imaginar que tinha ficado grávida. Ele não penetrou em mim, não penetrou. Mas a minha menstruação não veio. [...]

Eu nem desconfiava que podia ter engravidado, mas meu patrão era esperto. Ele me viu temperando o feijão, no fogão, e correndo pra vomitar toda hora. E viu que os paninhos que eu usava quando ficava menstruada – eu lavava e punha pra secar no varal – não estavam mais aparecendo pendurados. Ele chamou minha patroa, a Noêmia. Pediu pra ela falar comigo. “O Antônio fez alguma coisa com você?”, ela perguntou. “Fez o quê?” Eu acabei contando o que tinha acontecido, morrendo de vergonha, ela me levou no médico.

Fazia dois meses que eu não menstruava. O Antônio tinha ido viajar a trabalho. Quando ele chegou eu fui falar: “Você que coisou eu”. E ele: “Mas, Anita, eu não penetrei!”. [...]

Minha patroa dizia pra eu casar com ele, mas eu não queria. Ele tinha mandado eu tomar um remédio pra abortar, não queria o bebê, mandou eu tomar o remédio sem me dizer pra que era, foi o farmacêutico que perguntou se eu queria mesmo pôr o nenê pra fora, aí eu disse que não. [...] Tive o bebê, ele não assumiu, só mandou um xalezinho e um macacãozinho, mais nada. Nem conheceu o Toninho. Eu tinha ficado um ano noiva dele, do Antônio.

Ou a história de Neuza e de como ela descobriu o que o marido fazia com a filha de ambos:

Meu segundo marido era uma pessoa muito ignorante. Eu tive três filhos. Do primeiro casamento, tive um casal. Depois de um tempo separada, eu comecei a namorar, namorei um ano, depois fomos morar juntos. Ele era muito nervoso. Ele só foi mostrar o que era depois que fomos morar juntos.

Quando a minha filha Joana, filha do meu segundo marido, tinha 7 anos, o pai começou a fazer coisas com ela. Ela era gordinha, forte, então já tinha um pouco de peitinho, e o pai começou a pegar nos peitos dela, sem eu saber. Eu demorei pra saber, ela não me contava. O pai falava pra ela não me contar de jeito nenhum, senão ele matava eu e ela. Ela tinha medo. E eu não podia nem imaginar. [...]

Quando ela tinha 15 anos, começou a trabalhar, e ele com isso, ainda. Ela tinha medo de me contar porque desde essa época eu já tinha pressão alta, ela tinha medo de eu ter um troço e morrer, um infarto. E o irmão dela, o meu filho do meu primeiro casamento, é da polícia, então ela também tinha medo de contar porque tinha medo dele fazer uma besteira e ir preso. Ela foi aguentando calada.

Até que um dia, [...] ela estava no sofá, deitada, de short, na sala, quando o pai chegou e quis vir por cima dela. Queria estuprar mesmo. Ela correu e foi pegar uma faca, ameaçou enfiar nele, aí saiu correndo e foi pra vizinha, que mora ao lado de nossa casa há anos e é muito amiga da gente. Não aguentou, contou pra nossa vizinha, mas não contou pra mim. Pouco depois, a minha neta [...] veio pra minha casa. Meu marido ficava de pé olhando ela deitada, enquanto ela dormia e não tinha mais ninguém em casa. Ela acordava e via ele lá, espiando. Quando ela estava na pia, um dia, ele veio por trás pra agarrar os peitos dela. Minha neta contou pra minha filha, que era a tia dela, sem imaginar que a tia tinha passado a mesma coisa. Ameaçaram levar ele pra polícia. A minha filha contou tudo pra minha nora, a esposa do meu filho policial. [...] Minha nora é policial também, chefe dos escrivães. Mas ela segurou um tempo até contar pro meu filho, porque estava tentando fazer meu marido sair de casa sem precisar contar pra todo mundo o que acontecia. Como ele não saía mesmo, resolveram contar. [...]

Minha filha tinha muito medo de eu ter um infarto, então telefonou para o médico que cuidava de mim [...] e explicou o que estava acontecendo, que eu ia ficar sabendo, não tinha jeito. O médico logo falou: “Tua mãe vai enfartar”, e então falou pra elas me voltarem ao calmante. Elas foram falando que eu estava meio nervosa, que era pra eu voltar a tomar, foram me dando três calmantes, como o médico tinha falado pra elas fazerem.

Quando elas me contaram tudo, eu estava drogada de tanto calmante, não entendi nada, apenas concordei, não reagi nem nada. Em quinze minutos meu filho estava na minha casa. Meu marido ficou parado, provocando pro meu filho bater nele. Quando eu vi meu filho não se controlando e querendo ir pra cima dele, eu não sei o que me deu que eu consegui entender a situação e fui pra cima do meu filho, pra ele não bater, de medo de ele ir preso. [...] Meu marido foi pra julgamento e tudo. Mas quando aconteceu o julgamento, ele já estava velho e acabou por não dar nada, só teve que pagar umas cestas básicas [...]. Mas ele nunca mais foi lá em casa e a gente nunca mais viu ele.

A violência é tanta que mal pode ser nominada – e não deixa de ser sintomático que Anita use “coisou eu” para se referir ao estupro sofrido e que Neuza fale que o marido “fazia coisas” com a filha. Neuza, assim como Anita, reforçou o quanto era difícil falar sobre o vivido. As histórias, geralmente, eram contadas ao longo das semanas, em intervalos. A cada vez as mulheres andavam um pouco mais na sequência, dando mais detalhes, voltando aos episódios violentos.

Helena era uma das que costumava dizer não ter nada para contar, falava que tinha tido uma vida sem graça, sem nada que se destacasse. Optava sempre por ser uma das escribas, com sua caligrafia caprichada. Mas, depois de vários encontros, acabou por começar a narrar sua vida para mim. Um dos episódios dizia respeito à história de seu casamento, e aos poucos ela foi conseguindo externar a série de violências sofridas, as quais pareciam tão marcadas no seu rosto cheio de fundas rugas:

Eu vim pro interior de São Paulo quando eu casei. Eu vivia lá em Sergipe, até que apareceu o que veio a ser meu marido. Ele era velho, tinha dez anos a mais do que eu. Ficava posando de rico, cada dia com um terno, meus pais achavam que ele era rico, porque vivia em São Paulo. Então, quando ele me pediu em casamento, eles aceitaram. E eu fiquei com raiva do meu pai e da minha mãe, nem escrevia carta pra eles. Porque no início meu marido me fazia as coisas, me tratava com carinho, mas depois ele só queria que eu trabalhasse. Eu fui parar numa fazenda, tinha que fazer comida pra peão, pra oito peões, eu que nem tinha aprendido cozinhar, aí tinha que andar de cavalo, me virar, matar galinha, eu não sabia fazer nada e tive que aprender de tudo, na raça, e não tinha uma vizinha por perto, nenhuma mulher pra conversar, pra ajudar. Eu tinha 16 anos e era muito boba, não sabia de nada. Se eu morresse naquela época eu ia pro Céu, porque não tinha pecado nenhum. Tive seis filhos, quase que um atrás do outro, nasceu tudo na minha casa, eu sozinha, eu e Deus. Mas um dia minha mãe foi me visitar e viu como eu vivia.

Como esses trechos permitem perceber, estava presente naquele trabalho que desenvolvemos em grupo, de forma praticamente inevitável, uma dimensão que podemos identificar como clínica, no sentido de que havia algum tipo de parentesco com uma dimensão de *cura*, como é possível compreender com o auxílio de Felman (2000). Essa percepção, somada ao fato aqui já observado de que reconhecíamos, pouco a pouco, a cada encontro, o que nos parecia ser uma necessidade de *dar testemunho do vivido*, inaugurada (ou acionada, quase que *destampada*, poderíamos dizer) com o trabalho realizado em conjunto, leva-nos a refletir brevemente sobre o gênero chamado de *testemunho*. Gênero este que é considerado uma espécie de entrelugar, como podemos entender pelas observações de Alfredo Bosi, em sua leitura dos volumes de *Memórias do cárcere*, de Graciliano Ramos, que ele considera uma narrativa testemunhal, pontuando: “nem pura ficção, nem pura historiografia: testemunho” (BOSI, 2002, p. 221).

Ao falarmos em literatura de testemunho, ou simplesmente testemunho, há que se ter em conta que não somente o gênero é fronteiroço, como também existem correntes diversas, nascidas em locais e temporalidades diferentes, a respeito de seu significado e

dos textos que abarca⁴. Uma dessas correntes nasceu, de forma predominante, nas universidades dos Estados Unidos, nos anos 1980, depois da publicação da obra da indígena guatemalteca Rigoberta Menchú *Me llamo Rigoberta Menchú y así me nació la consciencia*. Para essa concepção, a obra que teria inaugurado o gênero teria sido a *Biografía de um cimarrón*, do escritor cubano Miguel Barnet, lançada em 1966. O livro de Barnet forneceria as principais bases para a definição do *testimonio*, que envolveria essencialmente a produção da obra:

[...] a partir do encontro entre um indivíduo iletrado ou semiletrado que conta sua história de vida a um indivíduo letrado, o qual recolhe o depoimento, transcreve-o e edita-o. O texto resultante revelaria as marcas desse encontro entre os dois narradores, trazendo aos leitores a história de vida do depoente, a qual se vincula a um grupo social excluído da participação no poder e no saber de uma determinada sociedade. (RUIVO, 2015, p. 34-35).

No caso do trabalho desenvolvido com as Mulheres de Taipas, poderíamos, em certo sentido, pensar que o livro resultante, construído em conjunto por mim e por elas, seria uma obra testemunhal nessa linha do *testimonio hispano-americano*, por captar esse encontro entre indivíduos com diferentes relações com o universo do letramento, buscando trazer à tona histórias de vida que são, em sua maioria, silenciadas. Entretanto, a própria multiplicidade de escribas e o fato de as histórias não terem sido gravadas, e sim, desde o início, registradas por escrito, já introduzem algumas nuances.

Ademais, o trabalho que realizamos acabou por se aproximar de outra forma de olhar para o testemunho, geralmente ligada à discussão relacionada aos sobreviventes da *Shoah* e de experiências catastróficas em grandes dimensões, mas que também pode ser pensada para as dimensões dos traumas “menores” (e em que medida podemos mensurar a intensidade e o tamanho de traumas?).

É possível, assim, para as situações narradas pelas Mulheres de Taipas, pensar no quão curativo era poder falar a respeito desses eventos efetivamente traumáticos, lembrando-nos aqui da origem da própria palavra trauma, que “deriva de uma raiz indo-europeia com dois sentidos: ‘friccionar, triturar, perfurar’” e, por outro lado, “‘suplantar’, ‘passar através’”: “Nesta contradição [...] já se revela mais uma vez o paradoxo da

⁴ No livro *Geração armada* (2015), abordei mais detidamente as concepções sobre o testemunho, centrando-me em uma delas, que, neste artigo, sequer foi mencionada. Trata-se de uma concepção que foi formulada pelos jurados do prêmio Casa de las Américas no ano de 1969 para abordar obras inscritas naquele prêmio literário que não se enquadravam em nenhuma das categorias já existentes, por não serem nem propriamente ficção nem reportagem ou ensaio.

experiência catastrófica, que por isso mesmo não se deixa apanhar por formas simples de narrativa” (NESTROVSKI; SELIGMANN-SILVA, 2000, p. 8).

Eu, por outro lado, recebia o endereçamento delas, que cada vez mais queriam narrar as violências e traumas sofridos. Sabendo a importância do processo, temia não saber conduzi-lo, não tenho formação psicanalítica – e não é demais lembrar que é a psicanálise que se configura como um “dispositivo capaz de reconstituir as condições necessárias para que se dê a experiência”, autorizando “o sujeito a se afirmar a partir deste saber incompleto e fragmentário, este saber que não se sabe, mas que se atualiza perante o outro, na transferência” (KEHL, 2001, p. 16).

Em diversos momentos, senti-me afogada por tais lembranças, inclusive sem saber o que fazer com elas para aliviá-las e aliviar-me. O modo como Shoshana Felman qualifica o testemunho capta de forma extremamente precisa o que eu sentia: eu era *penetrada pelos testemunhos* das mulheres, *atravessada* por eles. Nas palavras da autora: “um ‘testemunho de vida’ não é simplesmente um testemunho sobre uma vida privada, mas um ponto de fusão entre texto e vida, um testemunho textual que pode *nos penetrar como uma verdadeira vida*” (FELMAN, 2000, p. 14, grifo da autora).

As lembranças traumáticas também pesavam em mim e eu acabava falando delas para pessoas do meu círculo de convivência, como se tocada de forma imponderável por aquelas histórias. Ademais, as minhas próprias lembranças eram acionadas, minhas experiências de vida eram trazidas ao consciente, aquilo que já vivi e que, muito embora eu seja de outra geração, de outra classe social e de outro espaço geográfico, delas me aproximava e me fazia pensar na condição feminina – na violência simbólica e na violência inclusive física.

Foi ao longo dos meses de encontros semanais, cada vez mais intensos e mais duradouros, que fui me sentindo intimamente conectada a elas, perdendo o receio inicial de ser vista como intrusa, como alguém que não poderia colaborar com o grupo – receio que vinha inclusive do fato de minha tarefa na biblioteca ser originalmente outra –, e sentindo se formar o que Ecléa Bosi, em seu magistral *Memória e sociedade: lembranças de velhos*, chama, a partir de Jacques Loew, de “comunidade de destino” entre pesquisador e pesquisados:

Comunidade de destino já exclui, pela sua própria enunciação, as visitas ocasionais ou estágios temporários no lócus da pesquisa. Significa sofrer de maneira irreversível, sem

possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados. (BOSI, 1994, p. 37).

Ainda que eu não estivesse ali como pesquisadora propriamente, senti-me identificada com elas por um destino comum: o da condição feminina e o da passagem do tempo, que se abate sobre todos nós de forma indelével. Não era abstração. Era uma percepção concreta, física. Dentro de alguns anos, serei eu a falar por lábios murchos, mexendo mãos trêmulas e cheias de manchas e pintas, tendo dificuldade para me levantar e me sentar, sentindo dores pelo corpo todo. Serei eu a ter uma vida inteira vivida, longos anos de experiências, e estarei em busca de ouvidos e olhos atentos para me escutar, para que eu possa narrar e tentar, assim, dar sentido ao que vivi.

Não sei se consegui não me interpor entre a fala e a escrita dessas mulheres, que muitas vezes falavam e ocultavam a boca, para esconder o buraco dos dentes faltando. Mas procurei dar voz a elas e fazer com que contassem o que muitas vezes não tinham contado para ninguém. E senti, como nunca antes, a “dupla vulnerabilidade” delas (SILVEIRA; NADER, 2014, p. 5), por serem mulheres e por serem velhas – ou até tripla, se formos pensar que todas ali foram trabalhadoras braçais, vivendo sempre na pobreza – , a que estão(estamos) expostas, e o quanto é fundamental que as meninas, moças e mulheres de hoje conheçam as experiências dessas senhoras septuagenárias e, mesmo, octogenárias, como Betinha e dona Cida. Sua dor e sua força. Ouvindo o que elas têm para nos contar, ouvindo suas línguas, não deixando que o silêncio que costumamos direcionar aos velhos encerre as possibilidades de conhecermos essas histórias e vivências.

Referências bibliográficas

BAGNO, Marcos. *Preconceito linguístico*. 52. ed. São Paulo: Saraiva, 2015.

BOSI, Alfredo. A escrita do testemunho em *Memórias do cárcere*. In: *Literatura e resistência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2002, p. 221-237.

BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1994.

CALKINS, Lucy. *A arte de ensinar a escrever*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FELMAN, Shoshana. Educação e crise ou as vicissitudes do ensinar. In: NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 13-71.

KEHL, Maria Rita. Prefácio. In: COSTA, Ana. *Corpo e escrita: relações entre memória e transmissão da experiência*. São Paulo: Relume-Dumará, 2001, p. 7-13.

NESTROVSKI, Arthur; SELIGMANN-SILVA, Márcio. Apresentação: In: _____. (orgs.). *Catástrofe e representação*. São Paulo: Escuta, 2000, p. 7-12.

RUIVO, Marina Silva. *Geração armada: literatura e resistência em Angola e no Brasil*. São Paulo: Fapesp/Alameda Editorial, 2015.

_____. [org.]. *Mulheres de Taipas: histórias de vida, vidas de histórias*. São Paulo: Biblioteca Pública Érico Veríssimo/PSMP, 2016. (mimeo.)

SILVEIRA, Luciana; NADER, Maria Beatriz. Envelhecimento e gênero: construções sociais que orientam práticas violentas. In: Encontro Regional de História da Anpuh-Rio: Saberes e Práticas Científicas, XVI, 2014, Rio. *Anais...* Rio de Janeiro: Anpuh-Rio, 2014. Disponível em: http://www.encontro2014.rj.anpuh.org/resources/anais/28/1399996597_ARQUIVO_TextoAnpuhRJ2014LucianaSilveira_1_.pdf. Acesso em: 8 jan. 2020.